

MEMÓRIAS DO “QUEBRA-MAR”: MARINEROS LEGALISTAS DE CHILE E O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO NO CONTEXTO DO GOLPE CIVIL-MILITAR (1973)

MEMORIAS DE "ROMPIENDO EL MAR": MARINEROS LEGALISTAS DE CHILE Y EL PROCESO DE MOVILIZACIÓN EN EL CONTEXTO DEL GOLPE CIVIL-MILITAR (1973)

Robert Porto Castro¹

Resumo: A presente análise se constitui enquanto uma breve releitura do processo de mobilização de marinheiros chilenos, no contexto do golpe de Estado experienciado pelo Chile no ano de 1973. Nesse sentido, a partir da memória reavivada, buscou-se reconstruir a trajetória de sua mobilização em oposição à ruptura democrática levada à cabo naquele país, com base em demandas e leituras específicas que realizaram do contexto político e social em que estavam inseridos, significativamente tensionado e marcado por forte polarização política e efervescência social. Procurando evidenciar, no transcurso da análise dessa trajetória, o processo de identificação e consequente mobilização de militares integrantes de um segmento específico de praças da Armada Chilena. Destacando ainda a relevância das fontes de memória para análise historiográfica da trajetória de algumas “minorias” que têm suas vozes silenciadas no campo das disputas de memórias em torno de passados ainda tão presentes, como a ditadura de segurança nacional que se instalou no Chile a partir de setembro de 1973.

Palavras-chave: Marinheiros Legalistas Chilenos; Marinha do Chile; Golpe Civil-Militar.

Resumen: El presente análisis se constituye como una breve reinterpretación del proceso de movilización de los marineros chilenos, en el contexto del golpe de estado experimentado por Chile en 1973. En este sentido, desde la memoria revivida, buscamos reconstruir la trayectoria de su movilización en oposición a la ruptura democrática llevada a cabo en ese país, basada en demandas y lecturas específicas que hicieron del contexto político y social en el que se insertaron, significativamente tensionadas y marcadas por una fuerte polarización política y efervescencia social. Tratando de mostrar, durante el análisis de esta trayectoria, el proceso de identificación y consecuente movilización de miembros militares de un segmento específico de suboficiales de la Armada de Chile. Destacando aún la relevancia de las fuentes de memoria para el análisis historiográfica de la trayectoria de algunas "minorías" que tienen sus voces silenciadas en el campo de las disputas sobre recuerdos que aún están tan presentes, como la Dictadura de Seguridad Nacional que se estableció en Chile a partir de septiembre de 1973.

Palabras clave: Marineros Legalistas de Chile; Armada de Chile; Golpe Civil-Militar..

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES. E-mail: robert.castro@edu.pucrs.br

Introdução

No presente estudo, buscaremos evidenciar a mobilização de marinheiros chilenos a partir da análise de suas demandas específicas e de um processo de identificação com base na percepção de suas condições de trabalho e carreira na Armada Chilena e, especialmente, na leitura do quadro político-social tensionado em que se encontrava o Chile, especialmente a partir dos anos iniciais da década de 1970. Considerando suas experiências de vida e trabalho, ou seja, sua cotidianidade enquanto parte integrante de um processo de contraposição à realidade a qual estavam submetidos. Na medida em que a resistência pode ser compreendida enquanto manifestação, individual ou coletiva, apresentando-se em ações deliberadas, mas também em práticas com sentido e lógica próprios (CHAUI, 1986, P.63). Assim, podemos compreender que a resistência está diretamente relacionada às práticas cotidianas daqueles militares. No sentido que:

O cotidiano é a vida de todos os dias; dos gestos, ritos e ritmos repetidos diariamente. Seu espaço é o do automático, da rotina, do instintivo, do familiar, do conhecido [...] esta sucessão repetitiva do dia a dia comporta conteúdos bastante heterogêneos: engloba a vida familiar, o trabalho, as relações de vizinhança, o lazer, entre outros aspectos. Além disso, no cotidiano, o homem pode permanecer imerso na alienação (favorecida pelo automatismo das atividades diárias), sujeitando a mecanismo de disciplina, mas também pode exercer sua criatividade e criar formas de resistência à ordem estabelecida (uma “anti-disciplina”). (SCHIMIDT, 1996, p.48-49)

Cabe destacar que, em se tratando de um passado ainda muito “vivo” e cujas memórias se encontram em disputa aberta – sendo amplamente utilizado no cenário político atual chileno – o acesso às fontes oficiais junto às instituições estatais é significativamente dificultoso, especialmente nas instituições militares. Destarte, as memórias reavivadas daqueles que de algum modo experienciaram os instantes tensionados e, principalmente, as mobilizações dos membros e apoiadores das

articulações dos *marineros legalistas* chilenos², se constituem enquanto fonte fundamental da presente análise.

Na medida em que favorece a compreensão da memória enquanto objeto de análise historiográfica e, conseqüentemente, confere ao historiador condições para a conversão de narrativas históricas em fontes documentais. A História Oral se apresenta como ferramenta metodológica adequada para a construção e análise de fontes historiográficas a partir dessas memórias. Especialmente pelo fato de que um de seus aspectos mais significativos “está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas” (ALBERTI, 2011, p.165). Permitindo assim, questionar determinados posicionamentos predominantes na historiografia acerca da mobilização de marinheiros ora em análise.

Neste sentido, trabalhamos a História Oral enquanto instrumento metodológico que, apesar de se constituir em “uma ciência e arte do indivíduo” (PORTELLI, 1997, p. 15), contribui para trazer à cena historiográfica “uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos” (POLLAK, 1989, p.8). Sendo aqui trabalhada como uma história “militante [...] como solução para dar voz [grifo meu] às minorias e possibilitar a existência de uma História *vinda de baixo* [grifo meu]” (ALBERTI, 2011, p.157). Analisando as fontes orais sem apreender as narrativas como imagens fidedignas do passado ou buscar nas mesmas a verdade histórica daquilo que se pesquisa. Tampouco reduzindo a análise histórica a uma polarização entre a “história” de determinados segmentos sociais.

No contexto do que se propõe o presente estudo, podemos considerar que, ao buscar reconstruir a trajetória desses marinheiros que se opuseram ao golpe no Chile, conferindo-lhes lugar de “agentes ativos da história e participantes do processo de fazê-la” (PORTELLI, 1997, p.13), a memória torna-se essencial na medida em que “está atrelada à construção de sua identidade” (ALBERTI, 2011, p.167).

² Essa é uma denominação adotada no presente estudo, haja vista que os marinheiros chilenos não chegaram a constituir uma associação ou grupo formal.

No caso dos *marineros legalistas* chilenos, durante o quadro político tensionado em que estavam inseridos, a partir da vitória de Salvador Allende nas eleições presidenciais de 1970 até o golpe de Estado, em setembro de 1973, as fontes de História Oral figuram enquanto elemento fundamental desta análise. Especialmente, devido ao fato de que no processo de mobilização daqueles militares não se chegou a constituir uma organização formal, como no caso da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB)³. Conseqüentemente, não foi possível observar, até o momento, fontes oficiais produzidas pelos próprios marinheiros legalistas chilenos.

Em um primeiro momento, buscarei apresentar “o marinheiro” na Armada Chilena. Enfatizando aspectos que transcendem os limites nacionais e institucionais entre as Marinhas, com destaque para aqueles afetos às especificidades das relações sociais estabelecidas no exercício profissional da atividade marinheira nas instituições navais, em especial na Armada Chilena.

Em seguida, já no transcurso da análise da trajetória da mobilização daqueles marinheiros, a partir de suas vivências cotidianas na Armada, serão evidenciados os processos de identificação que experienciaram. A partir de uma realidade marcada por relações de dominação e resistência, onde a hierarquia social era constantemente reafirmada por meio de regulamentos e tradições que objetivavam reforçar as origens e o lugar social de oficiais e marinheiros, transbordando os limites da instituição. Cabe

³ Associação de caráter essencialmente assistencial, fundada em 25 de março de 1962, na cidade do Rio de Janeiro. Composta, essencialmente, por militares de graduações iniciais da Marinha do Brasil (até a graduação de cabo), buscava assistir aos mesmos naquelas que julgavam ser suas principais demandas sociais junto à instituição naval. Com ênfase para ações de incentivo à educação, lazer e de combate aos vícios (principalmente jogo e álcool), não somente entre os militares, mas também extensivo aos seus familiares. Não contava com o reconhecimento da alta administração naval, mas baseava sua existência e atuação no §12 do art. 141 da Constituição Federal Brasileira de 1946. Teve suas atividades encerradas por ocasião do golpe civil-militar de 1964, sendo muitos de seus integrantes e apoiadores perseguidos, presos e, alguns, mortos. Para saber mais sobre a trajetória da AMFNB e do próprio movimento de marujos e fuzileiros navais da Marinha do Brasil (1962-1964) e seus desdobramentos, ver: ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia*. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2010; CASTRO, Robert Wagner Porto da Silva Castro. *Na esteira da memória: A questão social e a mobilização dos marinheiros, atuação e repressão na cidade de Rio Grande-RS (1962-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Pelotas, 2016 e RODRIGUES, Flávio Luís. *Marinheiros contra a ditadura brasileira: AMFNB, prisão, guerrilha – Nacionalismo e revolução?* Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2017.

destacar que a análise desse processo de identificação entre os marinheiros chilenos, no transcurso de sua mobilização durante os anos iniciais da década de 1970, parte da concepção de Katrin Woodward (2014, p.13) de que a identidade de um determinado grupo é relacional, ou seja, constitui-se a partir da relação e da diferença relativa a outras identidades e também se vincula a aspectos e condições sociais e materiais, não se restringindo à militância ou à capacidade de mobilização de alguns de seus membros.

Marinheiros da Armada

As relações sociais estabelecidas nos mais diversos segmentos da sociedade podem ser reduzidas, grosso modo, a um constante processo de interação entre os atores sociais. Onde é possível verificar uma disputa de poder que resulta em relações de integração e/ou controle e resistência. Entretanto, alguns segmentos específicos apresentam características que tornam essas relações sociais significativamente mais complexas, como o caso dos marinheiros. Membros de um segmento das Forças Armadas, são militares que exercem uma atividade da qual são depositários de suas tradições e costumes. Atividade que os distingue, significativamente, dos demais militares das outras forças, sobretudo, devido ao local onde a desempenham, ou seja, a bordo de navios de guerra. Esse espaço tem a característica de se constituir, de maneira simultânea, enquanto local de trabalho e moradia para esses militares, principalmente durante os longos períodos no mar. Tornando-se um microcosmo onde são estabelecidas relações sociais de diversas naturezas, especialmente relações de trabalho. Podemos compreender os marinheiros – desde sua formação e durante os diversos momentos da carreira naval, em especial quando embarcados a bordo dos navios – a partir da expressão de Erving Goffman (1974, p.11), como “internados de instituições totais”, na medida em que:

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.

Desse modo, as relações estabelecidas entre oficiais e marinheiros tendem a se restringir àquilo ao que se propõe o navio ou o quartel, isto é, “realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho” (GOFFMAN, 1974, p.17). Nesse sentido, no que concerne ao período em tela, as relações estabelecidas entre marinheiros, predominantemente oriundos das camadas menos favorecidas de suas sociedades, e uma oficialidade oriunda principalmente das camadas mais abastadas, tendiam a ser naturalmente tensas. Pois, enquanto parte integrante de instituições militares, aqueles marinheiros estavam submetidos a uma realidade em que a autoridade e a condição de “superioridade social” dos oficiais eram sempre reafirmadas através de tradições e regulamentos.

Assim, cabe destacar o posicionamento de Erwin Goffman:

Nas instituições totais existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado [...] e uma pequena equipe de supervisão. [...] Cada agrupamento tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis [...] Os participantes da equipe dirigente tendem a se sentirem superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados. [...] *geralmente há uma grande distância social e esta é freqüentemente (sic.) prescrita.* [Grifo meu] (1974, p.18-19)

No contexto de “instituições totais”, como aquelas que ora analisamos, essa “diferença” é significativamente útil no sentido de reafirmar, para além dos seus limites, o distanciamento social “entre o grande grupo controlado [...] e a pequena equipe de supervisão” e, portanto, a própria hierarquia social entre esses dois segmentos. Favorecendo a construção de identidades distintas, a distância social entre os dois segmentos e a reafirmação do lugar social de cada um desses na instituição e na própria sociedade. Nesse contexto, a identidade do marinheiro não se constrói apenas a partir do modo como este é idealizado pelo senso comum, mas também a partir das experiências daqueles militares e suas relações com outros grupos e segmentos sociais, vinculando-se também a aspectos e condições sociais e materiais (WOODWARD, 2014, p.13).

Fundamentada em tradições e costumes navais ingleses, a oficialidade da Marinha Chilena guardava um perfil elitista e aristocrático, pouco afeto às demandas sociais dos segmentos trabalhadores; aspecto que tornava parte significativa dessa oficialidade distante dos “trabalhadores da Armada”, isto é, dos marinheiros. Nas palavras do historiador Jorge Magasich Airola:

La Marine s'organise suivant la stratification oligarchique de la fin du XIXe siècle; elle prend comme modèle l'organisation et les règlements de la Royal Navy. Ses officiers forment un groupe social très fermé, peu sensible à l'émergence des classes moyennes et du prolétariat. (2008, p.114)

Podemos considerar que, em certa medida, as relações de trabalho estabelecidas a bordo dos navios da Armada Chilena possivelmente aproximavam-se daquelas observadas, à época, entre patrões e empregados no meio civil. Sobretudo nos navios, os marinheiros desempenhavam atividades profissionais – essenciais para o emprego e conservação de uma belonave – de natureza semelhante ou até igual a outras atividades desempenhadas por trabalhadores civis, tais como: carpintaria, metalurgia, mecânica de motores, mecânica de máquinas, eletrônica, eletricidade, caldeiraria, tornearia, hidráulica, entre outras. Por outro lado, a oficialidade era responsável pela condução do navio, gerenciamento das atividades necessárias ao seu funcionamento e manutenção da disciplina a bordo. Dessa forma, construía-se um cenário propício à formação de espaços de disputas de poder onde – a partir da interação dos atores sociais – relações de identificação, controle e resistência poderiam emergir, mesmo em instituições militares. Conforme propõe Jorge Magasich:

[...] desde a Revolução Industrial se exija (*sic.*) às guarnições dos navios de guerra mais empenho no campo do conhecimento do que propriamente no uso da força bruta. Os navios modernos requerem [...] numerosos técnicos que aspiram uma nova posição social. No entanto, as hierarquias das Armadas e sua regulamentação disciplinar conservam o cunho de outros tempos.” (apud OLIVEIRA, 2009, p. 17)

Nesse sentido, em contraste com militares do Exército e da Força Aérea, podemos considerar que o marinheiro traz consigo características profissionais que o aproxima de categorias de trabalhadores do meio civil. Esse aspecto funcional, associado ao caráter itinerante da atividade marinheira, é que o possibilita conhecer diferentes realidades políticas, socioeconômicas, culturais e, ainda, compreender suas origens sociais.

Personagens característicos do *lócus* portuário, os marinheiros ocupavam esses espaços que eram comumente relacionados a aspectos depreciativos da condição humana. Locais onde era significativa a presença de atividades como: a prostituição, o consumo excessivo de álcool e a violência. No entanto, foi também nesse ambiente que aqueles militares passariam a estabelecer grande parte das suas relações sociais, estabelecendo contato com representantes de outros segmentos sociais e categorias de trabalhadores, como, por exemplo: portuários, marítimos e estudantes. O relacionamento com essas categorias, em especial portuários, marítimos e estivadores, com quem compartilhavam tradições, conhecimentos e a própria atividade marinheira, viria a contribuir para a consolidação de uma consciência de grupo. Fundamentada em uma leitura própria do contexto em que estavam inseridos e do cenário político e social significativamente polarizado e tensionado que se apresentava no país.

No caso dos marinheiros legalistas chilenos, essa consciência se fez evidente por ocasião da organização política desses militares, no ano de 1973, em defesa da manutenção do governo do Presidente da República, Salvador Allende, frente ao golpe de Estado que era arquitetado com o apoio fundamental da alta cúpula naval do país. Naquela que seria a primeira experiência socialista pela via democrática na América.

Marineros de la Armada de Chile

De tradição e ascendência inglesa, a Marinha do Chile se caracterizava por uma estrutura fundamentada – para além da hierarquia militar – em uma organização significativamente estamentada e vertical, que procurava preservar o quadro social latino-americano característico do século XIX. Com uma elite predominante composta por oligarquias aristocráticas brancas, vinculadas diretamente à terra e ao comércio

exportador de insumos primários, onde a autoridade dessa elite sobre os demais segmentos sociais, com base em um paternalismo estruturante dessas sociedades, se materializava nas distinções e, conseqüentemente, nas relações estabelecidas entre oficiais e marinheiros na *Armada de Chile*.

Entretanto, o processo de profissionalização pelo qual passou a força naval chilena, especialmente a partir do início do século XX, demandou uma formação profissional mais complexa e um melhor preparo intelectual da tropa⁴. Em uma estrutura arquitetada sobre *“una disciplina colonial, basada em la obediência ciega al superior”* (GONZÁLES, 1932 Apud. AIROLA, 2008, p.152) esse procedimento favoreceu a ocorrência de mobilizações e levantes de marinheiros, como aqueles dos anos 1925, 1931 e 1961. Oriundos das camadas menos favorecidas da sociedade chilena, os *suboficiales*⁵ estavam diretamente ligados – em muitos casos por laços familiares – aos segmentos camponeses e de trabalhadores urbanos do país, bem como àqueles de ascendência étnica indígena. Em uma instituição militar, cuja constituição e tradições estão fundamentadas em uma estrutura social oligárquica e essencialmente aristocrática, onde as origens da oficialidade remetia às elites dessa sociedade, esse aspecto indica uma hierarquia social que destinava à tropa um lugar específico, tanto dentro da instituição quanto no contexto mais amplo do todo social. Situação que favoreceu o estabelecimento de significativa tensão entre esses dois segmentos internos à Armada Chilena, em relações características de dominação e resistência.

Nesse sentido, considerando que, *“como em haciendas, plantaciones o yacimientos, los cuarteles y buques requieren la fuerza bruta de brazos dóciles y prestos a obedecer a las voces de mando, más que conocimientos técnicos”* (AIROLA, 2008, pp. 131-132). Mesmo frente às novas demandas tecnológicas que lhes apresentavam as embarcações do novo século, a alta administração naval chilena manteve a antiga lógica de formação militar de sua tropa, fundamentada na subordinação incondicional e obediência incontestada.

4 Termo empregado na Marinha do Chile para aludir aos *Suboficiales*, ou seja, ao que seriam os Praças ou Subalternos na Marinha brasileira.

5 Denominação atribuída a todos os integrantes da tropa da Marinha do Chile, ou seja, todos aqueles militares que não integravam a oficialidade naval.

Dispondo de um território estreito e significativamente prolongado de norte a sul, marcado pela presença de regiões inóspitas e de difícil acesso, o litoral chileno ocupa mais da metade da extensão litorânea do subcontinente sul-americano junto ao Oceano Pacífico. Desse modo, desde sua independência política, em 1818, a Marinha sempre desempenhou papel de destaque no processo de desenvolvimento do país.

Na segunda metade do século XX o Chile contava com uma força naval respeitável⁶ e diversificada, dotada de navios de grande porte e estrategicamente importantes, como: encouraçados, contratorpedeiros e submarinos. De modo que, para manter sua esquadra operando, a Marinha chilena necessitava “equipar”⁷ suas belonaves com grande quantidade de militares profissionalmente capacitados nas mais distintas atividades que navios daquela complexidade demandavam para operar. Nesse sentido, após a instrução militar-naval na *Escuela de Grumetes “Alejandro Navarrete Cisterna” da Armada de Chile* – situada na *Isla Quiriquina*, na região litorânea de *Talcahuano*, cercania de *Concepción* – muitos marinheiros eram designados para servirem a bordo dos navios da esquadra, enquanto outros – em razão da qualificação técnico-profissional que traziam da vida civil ou mesmo do desempenho durante a referida instrução – seguiam para a realização de cursos de especialização profissional na Armada. Onde aprenderiam e/ou ampliariam seus conhecimentos nas mais diversas áreas profissionais afetas aos diferentes sistemas (armas, eletricidade, eletrônica, mecânica, aviação etc.) dos meios navais e aeronavais da *Armada de Chile*.

Ao término do período inicial de instrução militar-naval, quando designados para servir nos diferentes navios e unidades da Marinha, aqueles jovens se deparavam

⁶ Em comparação a Brasil e Argentina, dois outros países que, desde fins do século XIX até meados do século XX, alternaram com o Chile a condição de força naval mais poderosa do subcontinente sul-americano. Em razão de acordos governamentais e, principalmente, constantes e dispendiosas encomendas junto a estaleiros, especialmente europeus e estadunidenses, as armadas dos três países figuravam bem próximas no que concerne ao poder bélico e tonelagem de suas esquadras. Contando com poderosos navios entre seus meios navais, com destaque para os *Dreadnought* e *Super-Dreadnought*, navios encouraçados com deslocamento máximo superior a 20.000 toneladas e significativa capacidade de artilharia, além de estrutura e segmentos semelhantes às principais Marinhas do mundo, como: aviação naval e força de submarinos.

⁷ Termo depreciativo por meio do qual, usualmente, a oficialidade e a própria administração naval se referiam à tropa, como “equipagens”. Reforçando assim a ideia de desumanização e consequente coisificação daqueles militares, especialmente os marinheiros.

com uma realidade significativamente distinta daquela a qual estavam acostumados em sua vida civil e distante do que imaginavam ser uma carreira como marinheiro da Armada. Marcada por uma hierarquia que ultrapassava os limites dos regulamentos navais e visava reforçar a condição de submissão e servidão da tropa, especialmente da marinhagem, em relação à oficialidade. Situação que se fazia mais evidente a bordo dos navios, onde era potencializada pela própria característica desses meios. Espaços em que oficiais e marinheiros estabeleciam relações sociais de naturezas distintas – não apenas de trabalho – em condições normalmente adversas e durante longos períodos de isolamento em relação ao “mundo exterior”.

Da divisão do trabalho a bordo, passando por questões afetas às liberdades individuais básicas, até requisitos elementares de sobrevivência como a alimentação. Em praticamente todos os aspectos do cotidiano de oficiais e marinheiros, especialmente a bordo dos navios, estava presente uma forte diferença. Que tinha como função básica, reforçar o lugar devido à cada grupo não somente na hierarquia da instituição, mas, principalmente, na hierarquia social chilena. No sentido do que afirma Erwin Goffman (1974, p.18-19), quando se refere à distância social, geralmente prescrita, entre um grande grupo controlado e uma pequena equipe de supervisão, em instituições totais.

Alguns aspectos se apresentavam como mais críticos no cotidiano de vida e trabalho estabelecido a bordo dos navios. A divisão do trabalho e a disposição do expediente quando o navio se encontrava atracado ou no mar era algo significativamente peculiar aos marinheiros, em detrimento dos militares das demais instituições armadas do Chile. Cabia aos marinheiros a execução de todas as tarefas afetas à limpeza, arrumação, manutenção e operação da estrutura e equipamentos dos navios. Ao passo que, aos sargentos, cabia a supervisão da execução dessas atividades e a operação de alguns equipamentos. Enquanto os oficiais eram responsáveis pelo planejamento e gerenciamento de toda rotina de bordo e das missões afetas ao navio, além da manutenção da disciplina.

Nessa disposição, quando o navio estava atracado, os marinheiros dedicavam todo o dia de trabalho – que normalmente durava das 8h às 17h – a atividades como:

limpeza, arrumação, pintura, cozinha, embarque de cargas (alimentos, tintas, graxas, munições etc.), manutenção da estrutura e equipamentos do navio, entre outras. Tarefas que os aproximavam mais de uma realidade laboral afeta ao meio civil que de soldados. Condição que se via reforçada em razão do reduzido tempo disponível para práticas e treinamentos essencialmente militares, que quase não eram realizados.

Ao término do expediente, aqueles militares que não estivessem escalados para o serviço de guarda poderiam deixar o navio, devendo regressar até as 24h. Sendo autorizado o pernoite somente àqueles que tivessem residência familiar onde o navio estivesse atracado⁸, devendo regressar para sua unidade até às 6h do dia seguinte. Concessão que poderia ser suprimida de acordo com o entendimento do Comandante⁹. Aqueles escalados para o serviço de guarda, depois de um dia inteiro de trabalho, deveriam concorrer a uma escala onde seriam responsáveis por guarnecer determinados postos até o dia seguinte, com intervalos de descanso durante a madrugada.

Quando os navios se faziam ao mar, o que era muito frequente, as atividades desempenhadas pelos marinheiros eram praticamente as mesmas, entretanto mais intensas em virtude de o navio estar operando e, conseqüentemente, toda tripulação estar embarcada durante as 24h do dia. Somavam-se a essas incumbências outras típicas de um navio de guerra em viagem (exercícios de combate, controle de avarias, salvamento, navegação, vigilância, operação de máquinas, radares, sensores, armamentos etc.). Nessa condição, todos os marinheiros – salvo poucas exceções – desempenhavam serviços de guarda e outros afetos propriamente ao funcionamento da embarcação, concorrendo a escalas de guarnecimento de determinados postos a cada período de quatro ou duas horas, ininterruptamente e independentemente de outras obrigações desempenhadas nos demais horários e/ou períodos “livres”. Rotina que vigorava enquanto estivessem em viagem e que, em muitos casos, fazia com os marinheiros descansassem menos de quatro horas por dia.

⁸ Artigo 109 do Decreto nº 387 de 13 de maio de 1970, que aprovou o texto da *Ordenanza de la Armada*.

⁹ *Ibidem*.

Em ambos os casos – atracado e em viagem – sargentos e oficiais dedicavam-se, principalmente, a afazeres de cunho burocrático e à supervisão e gerenciamento das tarefas e serviços desempenhados pelos marinheiros. Também concorriam a escalas de guarnecimento, mas significativamente mais espaçadas que aquelas atribuídas à marinhagem, o que lhes proporcionava maiores períodos de descanso.

Entre as questões mais críticas para os marinheiros chilenos, estavam aquelas relativas às suas liberdades individuais mais básicas, como, por exemplo: deixar o local de trabalho após o expediente, mesmo não estando escalado para o serviço de guarda; trajar roupas civis quando fora do local de trabalho e contrair matrimônio. Especialmente as duas primeiras, afetavam diretamente as aspirações de muitos daqueles militares em seguir com os estudos fora da Marinha. Sendo, usualmente, utilizadas por superiores hierárquicos no sentido de dificultar e mesmo impedir que eles frequentassem estabelecimentos de ensino.

No que concerne à liberação para deixar o navio ao término do dia de trabalho, esse era um instante em que os marinheiros ficavam expostos ao arbítrio de superiores hierárquicos, sobretudo aqueles marujos que estudavam e/ou tinham familiares na região onde a belonave estava atracada. Nesse momento, com respaldo do regulamento disciplinar¹⁰, cabia ao oficial de guarda do dia proceder inspeção onde deveria verificar, entre outros aspectos, a “apresentação pessoal” de cada marinheiro. Podendo, a seu critério, impedir que quaisquer deles deixassem o navio por considerar não estarem “bem apresentados”. O rigor dessa revista poderia ser maior ou menor, a depender das relações estabelecidas entre inspetor e inspecionado. Cabe destacar que somente era permitido aos marinheiros deixarem suas unidades devidamente fardados e após serem submetidos à referida inspeção. Em sua narrativa, Patricio Barroilhet evidencia essa situação:

¹⁰ Decreto nº 1445 de 14 de dezembro de 1951 – *Reglamento de Disciplina para las Fuerzas Armadas*. Segundo foi possível apurar, até o presente momento da pesquisa, somente em 1986, por meio do Decreto nº1232 de 21 de outubro desse ano, a *Armada de Chile* passou a contar com um regulamento disciplinar próprio.

A la hora de salir, los marinos son sometidos a una “revista”, es decir a una inspección, que suele ser ocasión de arbitrariedades. El oficial es el único juez, su poder discrecional es enorme. Si encuentra alguna imperfección en el uniforme de salida, el brillo de los zapatos, la limpieza de los oídos, el corte de pelo, el peinado o el afeitado, el marino es retenido.¹¹

Luis Ayala¹² también relata esa práctica por parte da oficialidade:

[...] los oficiales muchas veces aprovechaban de esta supremacía, de esta autoridad muy arbitrariamente, porque era su forma de imponer la ley. [...] nosotros sabíamos que tal día, para salir franco, la cosa iba a ser difícil, porque sabíamos que había tal oficial y esa persona era muy exigente. Por ejemplo, ponía condiciones materiales, revisaba los tacos de los zapatos, si estaban un poco gastados no podíamos salir. Pero eso era algo que nosotros no podíamos remediar: nos daban un par o dos pares de zapatos al año y al final estaban gastados. A través de eso uno se puede dar cuenta que es gente que finalmente aplica la disciplina de una manera absurda ¿Por qué no dejar salir a la gente? Eso es difícil explicárselo cuando uno está dentro de la Marina, es joven y tiene ganas de salir, porque tiene la familia, tiene la novia que lo está esperando y uno no puede salir. Entonces tiene que explicar hasta que entregue la guardia, es decir 24 horas, para que el nuevo oficial de guardia lo pueda dejar salir. Cosas de ese tipo siempre fueron muy comunes en el trato en la Marina. [...] a veces teníamos problemas personales, teníamos gente de la familia que estaba enferma. Para ellos no era ningún argumento eso. Te quedas, te quedas, no puedes salir. Y punto.

A subjetividade regulamentar proporcionava aos oficiais uma discricionariedade significativa no que tange à liberdade dos marinheiros para deixar suas unidades, em especial os navios. Contudo, mesmo conseguindo sair de bordo, os obstáculos regulamentares que a Marinha impunha àqueles militares em suas relações sociais externas à Armada ainda se faziam muito presentes. Sobretudo na proibição aos *suboficiales* nas graduações iniciais da carreira naval chilena (cabos, marinheiros e

¹¹ Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola em 05 de janeiro de 2002. Desertou em julho de 1973 e foi preso seguidas até fugir do Chile, em março de 1976.

¹² Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola em 28 de outubro de 2000. Luis Ayala era Marinheiro-primeiro de artilharia em 1973 e foi preso em agosto do mesmo ano.

grumetes) de transitar fora do uniforme¹³ no meio civil, mesmo quando em horários de folga. Sob pena punição¹⁴ disciplinar, caso observado por algum superior hierárquico. Situação que – associada ao rigor na inspeção a que eram submetidos, como condição para se ausentarem de suas unidades navais – contribuía sobremaneira para que muitos marinheiros desistissem de seguir seus estudos. E ainda, levava outros tantos a empreenderem ações no sentido de resistirem a essa realidade, arriscando mesmo a serem punidos disciplinarmente por optarem em frequentar estabelecimentos de ensino ou locais de lazer em trajes civis. O que gerava grande insatisfação e que, segundo Oscar Carvajal¹⁵:

[...] era otra cuestión que era un elemento digamos de mucha, mucha, crítica en la mayoría de la gente, porque creo que a partir de sargento ellos podían vestir con ropa de civil, según el reglamento. Pero, cabos para abajo es obligatorio llevar el uniforme. Y es tan absurdo que en ninguna parte dice siquiera que está permitido vestir de civil en determinadas situaciones. O sea la obligación, la obligatoriedad de llevar uniforme rige para todo el tiempo. [...] Porque no existe en ninguna parte que diga ‘tiene derecho a vestir de civil en tales o cuales condiciones’. O sea, era realmente absurdo eso del reglamento, absolutamente no podíamos salir de civil del buque y no podíamos andar de civil paseándonos en el Parque Italia o en la Plaza Victoria o en cualquier lugar. No se podía.

No que concerne à continuidade nos estudos, que muitos marinheiros buscavam como maneira de alcançar um crescimento pessoal e profissional a fim de ascender, tanto internamente à Marinha quanto externamente à força naval, muitos obstáculos se apresentavam aqueles militares, além daqueles afetos às viagens e serviços de guarda, característicos da atividade militar-naval. Dentre esses óbices convém ressaltar as retenções a bordo e punições disciplinares, fundamentadas na notória subjetividade dos regulamentos, que dificultavam sobremaneira – quando não

¹³ A partir do governo de Eduardo Frei Montalva na Presidência do Chile, eleito em 1964, o uso do uniforme no meio civil permaneceu obrigatório apenas para as graduações inferiores a de sargento. Conforme previsto no artigo 141 do Decreto nº 387 de 13 de maio de 1970, que aprovou o texto da *Ordenanza de la Armada*.

¹⁴ A transgressão dessa norma poderia acarretar nas punições previstas para o *Personal de Tropa y Gente de Mar* no artigo 49 do Decreto nº 1445 de 14 de dezembro de 1951 – *Reglamento de Disciplina para las Fuerzas Armadas*, que iam desde a apresentação do militar infrator à autoridade determinada até a prisão do mesmo.

¹⁵ Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola em 17 de fevereiro de 2003. Oscar Carvajal era Marinheiro-primeiro eletricitista em 1973, foi preso em agosto do mesmo ano.

tornavam inviável – a frequência aos locais de estudo. Haja vista que parcela da oficialidade não via com “bons olhos” o fato de que muitos marinheiros buscavam dar seguimento em seus estudos secundários e mesmo ingressar em cursos superiores. Mariano Ramirez ilustra bem esse posicionamento desses oficiais que, para além da questão relacionada a potencial “ameaça” à hierarquia social vigente na Armada, em uma perspectiva institucional também buscavam evitar a perda de mão-de-obra, principalmente aquela especializada:

En el año 1961 hubo un movimiento dentro de la marina, de los especialistas (electricistas, electrónicos ...) que aprovecharon la oportunidad en la que tendrían que llegar a la Universidad a través de un examen general que se realizó a nivel provincial. En el que las mejores notas podrían llegar a la Universidad. Y luego, en el Crucero Prat, en nuestra división, empezamos a escuchar que había varios del sector de los electricistas que habían sacado excelentes notas para llegar a la Universidad. Y entonces no pudieron hacerlo porque la Marina nunca les dio permiso. O sea, no les dio permiso para ir a la Universidad. Bueno, si no me das permiso, y yo era un marinero especializado, entonces dejo la Marina, renuncio a la Marina. Denegado!!! En otras palabras, no podía ir a la Universidad ni renunciar a la Marina.

Pedro Blaset, evidencia sua percepção acerca desse posicionamento de parte dos oficiais em relação ao fato de que alguns marinheiros procuravam, em seu tempo de folga, dedicarem-se aos estudos e, portanto, ao aprimoramento profissional e humano:

[...] y en este período, se abrieron muchas universidades para aquellos que desean estudiar una carrera superior, una Ingeniería. “¿Podríamos hacer y estudiar también? ¿Avanzando como seres humanos?” Y entraron bastantes marineros, más o menos, para estudiar una carrera superior. Y, obviamente, los oficiales no los miraron con buenos ojos. No los miraron con buenos ojos. “¿Cómo serán ingenieros?” (o entrevistado faz menção ao pensamento dos oficiais) Cinco años, porque Ingeniería son cinco años. Y ellos, para ser ingenieros, estudian dos años. Y los profesores que les son en las clases eran los mismos que enseñaron en las clases a todos los muchachos de la Universidad. “¡Hay algo que no funciona! Primero sabrán más que nosotros. ¿Y cómo lo vamos a hacer?” (novamente o entrevistado faz menção ao pensamento dos oficiais).

Nesse sentido Ricardo Tobar¹⁶ afirma que:

La oficialidad está encerrada en sí misma, con una percepción de clasismo inmenso, se pretende que el personal de clases no supere las expectativas que tiene como persona. Porque son trabadas a raíz de que la oficialidad no permite que sean sobrepasados, tanto en conocimiento como en otro tipo de cosas. Sobre todo en el conocimiento.

Suas palavras reforçam a percepção que esses marinheiros tinham dos estudos enquanto meio de aprimoramento pessoal e profissional, além de um modo para ascender na carreira e socialmente. Mas que, mesmo diante da premente necessidade que a Armada apresentava por mão-de-obra cada vez mais especializada e qualificada, como já mencionado, segmento significativo da oficialidade considerava ameaça à hierarquia social o fato desses militares buscarem maior qualificação por meio dos estudos.

Com normas e regulamentos que conferiam considerável discricionariedade aos superiores hierárquicos, sobretudo no que concerne às práticas punitivas e à composição dos serviços de guarda, muitos marinheiros se viram em situações de perseguição a bordo pelo fato de estarem estudando. Com práticas que iam desde inspeções de uniforme com rigor excessivo e punições disciplinares¹⁷ – com pouco ou nenhum fundamento – até alterações nas escalas de serviço de guarda de modo que fossem selecionados com maior frequência, proibindo-os ainda de apresentarem militares para substituí-los¹⁸ nesses serviços. Em todos esses casos, o objetivo era reter esses marinheiros a bordo, a fim de prejudicar/inviabilizar seus estudos. Situação que levou outros marujos a frequentar aulas de modo “clandestino”, ou seja, sem que muitos de seus companheiros e, principalmente, superiores hierárquicos tomassem

¹⁶ Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola em 21 de julho de 2001. Ricardo Tobar foi preso em 13 de setembro de 1973, em uma ação conduzida pela Força Aérea, na residência de outro marinheiro, Nelson Bravo.

¹⁷ Que, quando aplicadas de modo formal, poderiam render ao militar alguns dias de impedimento / prisão a bordo ou de serviço de guarda além daqueles para os quais estaria normalmente escalado. Em todas essas situações o marinheiro punido não poderia ausentar-se de sua unidade.

¹⁸ Com base no artigo 108 do Decreto nº 387 de 13 de maio de 1970, que aprovou o texto da *Ordenanza de la Armada*.

conhecimento. Como afirma José Jara ao relatar a única indisciplina que cometeu na Marinha foi: *haber estudiado nocturno sin pedir autorización al mando* (Apud. AIROLA, 2008, p.267).

Situação semelhante ao que ocorria com o direito ao matrimônio¹⁹, o qual deveria ser previamente solicitado junto ao comando da unidade por aqueles menores de 21 anos de idade ou com menos de 5 anos de serviço. O que se aplicava tanto aos oficiais quanto à tropa. Mas que, associado aos aspectos já mencionados anteriormente, em especial à referida discricionariedade conferida aos oficiais por normas e regulamentos eivados de subjetividade. Denota interferência direta e indireta da instituição naval chilena, por meio de sua oficialidade, na vida profissional e particular de sua tropa, notadamente dos marinheiros. Acentuando as tensões entre esses dois segmentos de modo a contribuir para um processo de identificação a partir de uma cotidianidade marcada por relações de dominação e resistência. Naturalmente reforçado também em razão da característica itinerante dos navios e da própria atividade marinheira. Que, como já mencionado, levou muitos daqueles marinheiros a se depararem com diferentes realidades políticas e sociais em outros países. E, principalmente, com a estrutura e organização de outras forças navais, onde as relações entre oficiais e marujos, bem como, destes com a própria administração naval de suas forças, se davam de maneira distinta e significativamente melhor que na *Armada de Chile*.

Concorrendo para que, em um contexto político-social específico, muitos questionassem a realidade em que estavam inseridos na Armada e, conseqüentemente, a própria hierarquia social vigente que transbordava os limites da força naval chilena. Processo que foi significativamente potencializado com a eleição de Salvador Allende à Presidência da República, em setembro de 1970. Tornando possível o início de um incipiente processo de organização política por parte da tropa da Marinha, ainda por ocasião do processo eleitoral. O qual, frente ao iminente golpe de Estado que se gestava na Armada, converteu-se em uma mobilização que buscava denunciar as

¹⁹ Item 36 do Art. 76 do Decreto nº 1445 de 14 de dezembro de 1951 – *Reglamento de Disciplina para las Fuerzas Armadas*.

articulações da alta oficialidade naval e, de algum modo, impedir o desfecho do golpe que se apresentava pela proa.

O governo Allende e a mobilização dos *marineros*

Sob o governo socialista de Salvador Allende, democraticamente eleito desde as eleições de 1970, o Chile foi um dos últimos países do Cone Sul a sucumbir à onda coordenada de golpes de Estado que vinha solapando a democracia nos países da região²⁰. Sob o pretexto de conter o avanço comunista no continente americano, sobretudo, após o sucesso da Revolução Cubana (1959).

Eleito em um quadro político marcado por intensa polarização ideológica e fortes ações de mobilizações das camadas trabalhadoras no sentido da luta política por avanços sociais. Allende implementou um projeto reformista, de cunho essencialmente socialista, que levou a cabo, principalmente, a reforma agrária e a estatização de bancos e da exploração, processamento e comércio de recursos naturais no país, especialmente do cobre e do salitre. Dessa maneira, o governo de Salvador Allende atingiu os latifundiários e o capital estrangeiro, que auferia lucros significativos com a exploração e o comércio do cobre e do salitre no norte do país. E ainda, uma elite oligárquica que o representava e/ou se beneficiava, de algum modo, daquele *status quo* que favorecia à exploração das camadas trabalhadoras e o consequente avanço da desigualdade social no país.

De modo particular, mas não muito diferente do que já havia ocorrido em outros países da região, um golpe de Estado passou a ser gestado dentro das Forças Armadas do Chile, especialmente na Marinha. Que passou a compor uma estrutura que se organizava para destituir Salvador Allende da Presidência, no contexto da Doutrina de Segurança Nacional que “veio a reforçar ainda mais uma perspectiva de mundo conservadora, avessa às transformações ou rupturas sociais” (MENDES, 2013, p.181). Com o apoio e a participação efetiva de segmentos da sociedade chilena que vinham

²⁰ Após um período de governo ditatorial militar, encetado com um golpe de Estado em 1966, que se estendeu até o efetivo restabelecimento de um governo civil, em 1973, a Argentina enfrentou um novo golpe, no ano de 1976, que deu início a ditadura militar que governou o país até 1983. Sendo, portanto, o último país a sofrer com esse processo de ruptura das democracias na região.

sendo, direta ou indiretamente, atingidos pelo projeto reformista do governo Allende, bem como daqueles que temiam que o avanço de suas medidas socialistas fossem a abertura para a instalação de um regime comunista no país. Nesse sentido, mesmo considerando o apoio estadunidense aos segmentos golpistas das Forças Armadas, o historiador Ricardo Mendes (2013, p.182) atribui a setores da sociedade civil chilena papel preponderante nesse processo que culminou com a ruptura democrática no país. Em suas palavras:

Diante de tal apoio, mas principalmente em função da resistência às transformações encaminhadas por setores civis importantes – tais como os proprietários em geral, a classe média receosa da proletarização e do “ateísmo comunista”, segmentos dos setores populares, bem como da ação fundamental dos militares –, desencadeou-se o “11 de Setembro” (*sic.*).

Na Marinha, as reações em relação à eleição de Allende à Presidência do Chile foram diametralmente opostas. Enquanto parte significativa da oficialidade reagiu negativamente à eleição de Allende. A marinhagem manifestava sua satisfação e contentamento com a conquista democrática daquele que entendiam como um representante dos seus anseios profissionais e, sobretudo, sociais. Com realidades e origens sociais muito similares daquelas comuns à maioria dos integrantes das camadas trabalhadoras, a vitória do senador socialista Salvador Allende, nas eleições de 1970, foi considerada por muitos marinheiros como uma conquista pessoal de cada um.

Allende liderou uma coalizão denominada Unidade Popular (UP), composta pelas duas principais forças da esquerda chilena – Partido Comunista e Partido Socialista – além de católicos do Movimento Ação Popular Unitária (MAPU)²¹, os Partidos Radical e Social-Democrata e independentes do Movimento Ação Popular. Não contando com o apoio ou oposição formais do segmento da extrema esquerda, *Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR)*.

Alcançada a vitória nas urnas, Allende levou ao governo uma série de propostas que tinham como objetivo principal construir uma sociedade socialista por meio da via

²¹ Dissidência à esquerda da Democracia Cristã (DC).

democrática. Dentre essas propostas estavam aquelas destinadas às Forças Armadas, fundamentadas em “*una Concepción moderna patriótica y popular de la soberanía del país basada*”²² em três critérios, entre os quais destaco o primeiro: “*Afianzamiento del carácter nacional de todas las ramas de las Fuerzas Armadas. Em este sentido rechazo de cualquier empleo de ellas para reprimir el pueblo o participar em acciones que interesen a potencias extrañas*”²³. A partir dessa base, o programa de governo da UP explicitava ainda a indicação que fomentou mais esperanças na tropa, especialmente nos marinheiros. Sobretudo no tocante a avanços em aspectos relacionados diretamente às suas carreiras, condições de trabalho e realidade social vigentes; propunha que:

[...] és necesario asegurar a las Fuerzas Armadas los medios materiales y técnicos y un justo y democrático sistema de remuneraciones, promociones y jubilaciones que garanticen a oficiales, suboficiales, clases y tropas la seguridad económica durante su permanencia en las filas y en las condiciones de retiro y la posibilidad efectiva para todos de ascender atendiendo solo a sus condiciones personales.²⁴

As manifestações de apoio a Allende durante a campanha e por ocasião de sua vitória nas urnas foram evidentes em meio à tropa. Ainda durante o governo do Presidente Eduardo Frei²⁵ muitos marinheiros e demais integrantes da tropa da Armada chilena passaram a integrar cooperativas habitacionais, que consistiam em associações de poupança e empréstimo para fins de aquisição de moradias para trabalhadores de baixa renda (MAGASICH, 2008, p.279). Mobilizando meios para adquirir terrenos, materiais de construção e realização de obras de urbanização.

Essa “aproximação” dos marinheiros com organizações civis de caráter assistencial fez com que muitos daqueles militares percebessem, naquele contexto tensionado, a necessidade e o alcance da participação popular organizada na vida política. E ainda, que, enquanto parte das camadas trabalhadoras do povo, era possível

²² Programa Basico de Gobierno de la Unidad Popular (1970, p. 18).

²³ *Ibidem*.

²⁴ *Ibidem* (p.19).

²⁵ Eduardo Nicanor Frei Montalva, Democrata Cristão Presidente da República do Chile entre 1964 - 1970.

se organizarem e se fazerem representar direta ou indiretamente na arena política em busca de seus direitos. Nesse sentido, como afirma Jorge Magasich (2008, p.280), no ano de 1970, muitos marinheiros organizaram comitês de apoio à candidatura de Allende em várias cooperativas habitacionais. As quais eram compostas, formalmente, por suas mulheres a fim de evitar eventuais sanções disciplinares.

Vencido o pleito, muitas manifestações de alegria por parte dos marinheiros foram observadas, inclusive internamente à Armada. Ao ser perguntado se foram ouvidos “vivas” na ocasião em que foi confirmada a vitória de Allende, Sebastián Ibarra²⁶ relata o seguinte:

Seguramente. Estábamos en Valparaíso y no se podía dejar de escuchar. No solamente era en el buque nuestro, yo creo que en todas las unidades ocurrió lo mismo. Cuando conversamos con los demás compañeros que estaban en otras unidades, ocurría lo mismo. Excepto como dices, hay algunos que fueron a apagarles el televisor: el oficial de guardia fue y apagó el televisor. Pero en el Riveros no.

Já Antonio Ruiz²⁷, na ocasião servindo no destróier *Riveros*, citado no relato acima e que estava atracado em Valparaíso, relata que: “*En el destructor Riveros. [...] vitoreábamos porque no oía ningún oficial y no teníamos miedo de los suboficiales que había. Era todo algarabía, todo. Incluso algunos ¡Hurras! y ¡Vivas! al Presidente Allende*”.

Essas e outras muitas demonstrações de alegria se deviam, sobretudo, às esperanças depositadas por parte dos marinheiros no governo da UP e à “descoberta” da possibilidade de participação / representação política dos mesmos por meio de um processo organizado de mobilização. Nas palavras de Mariano Ramirez (2010, p.2):

La mayoría de la tropa estaba feliz e identificada con el nuevo Presidente de Chile. Creemos y tendemos a pensar que fue algo que se manifestó en forma natural debido a que gran parte de la tropa era de procedencia obrera y campesina. Fue así como después de muchos años

²⁶ Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola em 12 de março de 2003. Sebastián Ibarra era Cabo-segundo em 1973, foi preso em agosto do mesmo ano.

²⁷ Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola em 18 de julho de 2001. Antonio Ruiz era Cabo-segundo em 1973, participou da reunião de organização de grupo no restaurante *Los Pingüinos*, em Valparaíso. Foi preso em agosto do mesmo ano.

y por primera vez, la tropa en la Armada daba señales claras de su conformidad y alegría por el resultado de las nuevas elecciones y del nuevo Presidente. Un fenómeno nuevo, una señal que no se había manifestado en otros periodos de elecciones ni con ningún otro Presidente electo.

No mesmo sentido, acerca da vitória da ascensão de Salvador Allende à Presidência no Chile, Patricio Barroilhet relata que:

En la tropa yo lo experimenté como una posibilidad de liberación, como que se nos abría una ventana de solución a los problemas que venía enfrentando desde que había ingresado a la Armada. Se hablaba de que con Allende todo iba a cambiar, entonces nosotros miramos con muy buenos ojos al régimen de Allende desde un principio.

Em rumo oposto se deu a reação de parte da oficialidade naval, em especial da alta administração da Armada. Evidenciada desde pequenos gestos e manifestações de oficiais de baixa patente a bordo dos navios e unidades de terra, até um franco processo de sedição contra o governo Allende levado a cabo por um importante segmento do almirantado. Denotando, já em 1970, um significativo incômodo político e social desses militares a ponto de alguns externarem sua insatisfação mesmo diante de superiores e subordinados. Indicando um flagrante atentado aos princípios básicos das Forças Armadas, hierarquia e disciplina, haja vista que Salvador Allende – eleito em um processo democrático – quando empossado seria seu comandante supremo.

Cabe ressaltar a importante atuação sediciosa desse segmento do almirantado chileno, com destaque para a participação dos almirantes: José Toribio Merino, Patricio Carvajal, Sergio Huidobro e Ismael Huerta. Sendo José Merino considerado o ideólogo do processo golpista contra o Presidente Salvador Allende, enquanto Sergio Huidobro, comandante da *Infantería de la Marina* à época, foi responsável por coordenar a repressão que se abateu sobre os marinheiros ainda antes do golpe.

Já no ano de 1973, ainda organizados em pequenos grupos internos às unidades navais e sem liderança ou agrupamento central que possibilitasse uma mobilização estruturada da marinhagem da Armada em torno de suas demandas e objetivos políticos. Os marinheiros, que seguiam se reunindo em suas unidades a fim de deliberar

sobre temas que entendiam ser prementes à marinhagem, como: condições de trabalho, carreira, remuneração, regulamentos etc. Perceberam a intensa movimentação na Armada no sentido de articular um golpe de Estado contra o governo da Unidade Popular. A partir de então, intensificou-se o processo de mobilização entre os diversos grupos de marinheiros de modo a buscar articulações com partidos de esquerda e apoiadores do governo a fim de agir para tentar impedir ou enfrentar as ações golpistas do núcleo militar-naval.

Foi nesse instante que ocorreu a primeira reunião “formal” das lideranças dos grupos de marinheiros das diversas organizações militares da Armada, com o objetivo de conferir uma estrutura organizacional minimamente centralizada para esses grupos, de maneira a favorecer uma melhor coordenação das ações a serem tomadas naquele cenário político-social que se apresentava. Essa reunião, que ficou conhecida pelo nome do restaurante onde foi realizada, *Los Pingüinos*, e contou com a participação de aproximadamente duas dezenas de marinheiros. Onde, segundo Juan Cárdenas²⁸, quando perguntado o que foi deliberado naquele encontro:

¿Qué debatimos ahí? Cosas que se comentaban de forma masiva dentro de la Armada: el golpe de Estado que venía encima, que se acercaba. Todas las arengas de oficiales de distintas unidades en contra del Estado, del Gobierno establecido. Entonces, nosotros ahí ya discutíamos el oponernos al golpe. Pero eso era... como me explico mejor... no eran los planes generales que nosotros teníamos, por ejemplo con otros hombres, por ejemplo con el MIR. Era conseguir más apoyo para ver las posibilidades de triunfar, de oponernos al golpe y triunfar. Para nosotros era claro que el golpe venía. Clarísimo.

Ainda no mês de agosto, em meio a intensa campanha de desinformação e forte atuação dos órgãos de inteligência das Forças Armadas, muitas lideranças do movimento dos marinheiros passaram a ser presas – especialmente aquelas que

²⁸ Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola em 16 e 17 de novembro de 2002. Juan Cárdenas era Sargento-segundo de máquinas em 1973, foi o mais graduado representante da tropa e principal dirigente do grupo de marinheiros da Armada que se articulou para informar o processo sedicioso que se gestava na Marinha contra o governo Allende. Planeja um plano para ocupar algumas unidades navais a fim de o golpe de Estado e o defende, como uma ação antecipada aos golpistas, durante a reunião no restaurante *Los Pingüinos*, em Valparaíso. Foi preso em agosto de 1973.

participaram da reunião de *Los Pingüinos* – e violentamente torturadas nas dependências de unidades da Marinha. Sob a acusação de infiltração política na Armada e de articular ações subversivas de cunho extremista junto a grupos de esquerda, dezenas de marinheiros foram detidos e submetidos a interrogatórios onde lhes eram aplicadas violentas sessões de tortura.

Com a efetivação do golpe civil-militar em 11 de setembro de 1973, sob a liderança do general Augusto Pinochet, essas ações repressivas que foram conduzidas inicialmente contra os marinheiros, ampliaram-se para todos os segmentos da sociedade chilena. Configurando assim o terrorismo de Estado²⁹ característico das ditaduras latino-americanas da segunda metade do século XX. Que, partidárias da Doutrina de Segurança Nacional e da guerra antissubversiva, tinham o terrorismo de Estado como uma de suas principais bases de sustentação, haja vista que este seria o instrumento de emergência ao qual muitos governos latino-americanos recorreram, naquele contexto histórico, para manterem-se no poder (Bonanate, 2008, p.1242).

Assim, a mobilização de marinheiros e sua articulação com determinados setores políticos, no sentido resguardar um governo legítimo que representava a real possibilidade de transformações sociais para as camadas trabalhadoras e aquelas menos favorecidas da sociedade chilena, denota a amplitude do processo de identificação e conscientização desses militares enquanto segmento específico nos quadros da *Armada de Chile*. No transcurso desse processo de mobilização tornam-se evidentes as disputas travadas nos espaços sociais daquela instituição naval, especialmente nas relações estabelecidas entre oficiais e praças a bordo dos navios. Contribuindo sobremaneira para o surgimento de condições favoráveis às ações empreendidas por esses marujos, até aquele 11 de setembro de 1973.

Considerações Finais

²⁹ Compreendido na presente pesquisa, a partir do entendimento de Alejandra Pascual (1997), enquanto um amplo sistema de controle social operado desde as instituições do próprio Estado. Que, com base na prática institucional e sistemática de prisões ilegais, sequestros, torturas, execuções sumárias e ocultação de cadáveres; espalharam o terror no seio da sociedade. Contribuindo, sobremaneira, para intimidar e neutralizar opositores e organizações populares.

Ao observarmos o processo de mobilização dos marinheiros chilenos em oposição ao golpe civil-militar de 1973, a partir da memória construída pelos golpistas após o golpe, que, em grande medida, ainda tem expressiva penetração na sociedade chilena. Podemos percebê-lo como um movimento espontâneo e desorganizado, levado a cabo por um grupo de jovens militares nas graduações iniciais da carreira naval, sob influência de lideranças das esquerdas radicais do país, com o objetivo de subverter a hierarquia e a disciplina na Armada, favorecendo assim a um eventual golpe de Estado comunista. Desconsiderando esses homens enquanto sujeitos do processo histórico naquele instante tensionado da história chilena, que inaugurou um período marcado por significativas violações de direitos humanos no país. Ao passo que, para um entendimento mais amplo daquele contexto e, mais especificamente, da participação daqueles marinheiros no quadro político que desdobrou no golpe de 11 de setembro de 1973. É necessário que analisemos o processo de mobilização desses marinheiros, considerando: suas demandas e vivências no cotidiano das relações estabelecidas na Armada, o conseqüente processo de identificação em relação aos demais marinheiros enquanto segmento específico na instituição naval e a leitura própria do contexto político social em que estavam inseridos. Foi nesse sentido que se estruturou a presente análise.

Destarte, podemos considerar que a mobilização desses marinheiros, cujo ápice se deu no ano de 1973, materializada, principalmente, na emblemática reunião de *Los Pingüinos*, evidenciou um processo de identificação que ultrapassa os limites temporais e do objeto ora abordados. Tendo em conta que suas demandas e as relações estabelecidas com seus superiores, em especial com a oficialidade – pautadas por normas, regulamentos e tradições que, como já mencionado, objetivavam reforçar um *status quo* vigente na Armada – eram comuns, em uma perspectiva ampla, a todos os marinheiros. Suas necessidades, em especial aquelas atinentes a questões afetas às condições de trabalho e carreira, se manifestavam em situações cotidianas por eles enfrentadas, para as quais buscavam formas de resistir. Essa resistência se manifestava individualmente e de modo coletivo, como quando frequentavam locais públicos sem o

uso do uniforme ou permaneciam nesses locais após determinados horários, mesmo que em razão de estudo e em horários de folga.

No quadro das eleições presidenciais de 1970, e, sobretudo, a partir da vitória de Salvador Allende, esse processo de identificação dos marinheiros alcançou um outro patamar. Pois, por meio de uma leitura própria daquele instante político e compreendendo seu lugar social na sociedade chilena, eles perceberam que, enquanto parte das camadas trabalhadoras do povo, seria possível se organizarem no sentido buscar as mudanças que almejavam por meio da representação direta ou indireta na arena política, a fim de alcançarem o atendimento de suas demandas na Armada e a ampliação de direitos e garantias sociais.

Marcha essa que foi abruptamente interrompida com o golpe civil-militar, cujas lideranças militares subverteram a disciplina e a hierarquia – uma vez que concorreram para a queda de seu comandante maior, o Presidente da República Salvador Allende – e do qual os marinheiros foram seu “quebra-mar”, suportando os primeiros “impactos”, ainda em pleno governo Allende, daquela que seria uma das ditaduras latino-americanas mais violentas.

Por fim podemos compreender que os desdobramentos da mobilização dos marinheiros não foram conduzidos pela vontade dos governantes, membros de partidos de esquerda e/ou dos comandantes navais, mas constituem parte integrante do processo de construção da identidade deste segmento social específico. E ainda, que as demandas sociais de um grupo submetido a uma realidade marcada pelo preconceito e cerceamento / relativização de direitos, além de um rígido controle social, os levaram a compreender as suas origens e o cenário do qual eram parte. Buscando, na organização enquanto grupo e na mobilização política, mudanças necessárias para que pudessem transformar a realidade a qual estavam submetidos. Foram então taxados de subversivos e indisciplinados, perseguidos, presos e, alguns, mortos. Seu movimento, bem como suas demandas e capacidade de reflexão e mobilização política, foram relegados a um relativo “esquecimento” histórico.

O presente artigo procurou contribuir para uma melhor compreensão da trajetória movimento dos marinheiros legalistas chilenos enquanto sujeitos do

processo histórico. Buscando ainda, por meio de suas memórias, suscitar novas pesquisas que venham a iluminar cada vez mais esse período ainda tão nebuloso da história latino-americana e, em especial, da sociedade chilena.

Fontes

Obras de Memória

BARROILHET, Patricio. *Memorias de un marino constitucionalista*, Ed. Mosquito Comunicaciones, Santiago: 2004.

HUERTA, Ismael. *Volvería a ser marino*, Santiago: Ed. Andrés Bello, 1988.

MERINO, José. *Bitácora de un Almirante*, Santiago: Ed. Andrés Bello, 1998.

RAMÍREZ, Mariano. *Memoria colectiva de los marinos anti golpistas. Escuela de Ingeniería de la Armada de Chile, 1973. Proceso 3941*. Tomé: Editorial Al Aire Libro, 2010.

Entrevistas

- Antonio Ruiz Uribe (Cabo-Segundo da Armada Chilena, respectivamente) – Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola em 18 de julho de 2001, na residência de Antonio Ruiz em Santiago, Chile.

- Juan Cárdenas Villablanca (Sargento-Segundo da Armada Chilena) – Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola, em 09 de abril de 2003, via telefone ao Canadá.

- Luis Ayala Herrera (Marinheiro-Primeiro da Armada Chilena) - Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola em 28 de outubro de 2000, na residência do entrevistado em Liège, Bélgica.

- Luis Jorquera (Cabo da Armada Chilena) – Entrevista realizada por Robert Wagner Porto da S. Castro em 13 de novembro de 2019, na residência de Mariano Ramírez em Peña Blanca, Chile.

- Mariano Ramírez – (Cabo-Primeiro da Armada Chilena em 1973 e Secretário da Coordinadora del Personal Exonerado de la Armada Nacional) – Entrevista realizada por Robert Wagner Porto da S. Castro em 13 de novembro de 2019, na residência do entrevistado em Peña Blanca, Chile.

- Oscar Carvajal Gallardo (Marinheiro-Primeiro da Armada Chilena) – Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola em 17 de janeiro de 2003, na residência do entrevistado em Estocolmo, Suécia.

- Patricio Barroilhet (Marinheiro da Armada Chilena) – Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola em 05 de janeiro de 2002, na residência de Antônio Ruiz, em Santiago, Chile.

- Pedro Pablo Blaset Castro (Cabo-Segundo da Armada Chilena) – Entrevista realizada por Robert Wagner Porto da S. Castro em 12 de novembro de 2019, em um café em Santiago, Chile.

- Ricardo Tobar (Cabo-Segundo da Armada Chilena) – Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola em 21 de julho de 2001, em um café em Valparaíso, Chile.

- Sebastián Ibarra Vallejos (Cabo-Segundo da Armada Chilena) – Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola em 12 de março de 2003, em sua residência em Bruxelas, Bélgica.

Legislações

CHILE. Decreto Supremo nº 1.493 de 29 de novembro de 1944. *Ordenanza de la Armada*.

CHILE. Decreto nº 1445 de 14 de dezembro de 1951 – *Reglamento de Disciplina para las Fuerzas Armadas*.

Disponível: https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1017601_ Consultado em: 20 de abr. 2020.

CHILE. Decreto com força de lei nº 1, de 6 de agosto de 1968. *Estatuto del Personal de las Fuerzas Armadas*.

Disponível: <https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=3368>. Consultado em 20 de abr. de 2020.

CHILE. Decreto Supremo nº 450, de 23 de maio de 1969. *Reglamento de Disciplina de la Armada*.

CHILE. Decreto Supremo nº 387, de 13 de maio de 1970, *Aprueba el texto de la Ordenanza de la Armada*.

Referências

AIROLA, Jorge Magasich. **Ceux qui ont dit “Non”**. Histoire du mouvement des marins chiliens opposés au coup d’État de 1973. Tese (Doutorado em História), Université Libre de Bruxelles-Bélgica, 2008.

_____. **Los que dijeron “No”**. Historia del movimiento de los marinos antigolpistas de 1973. Vol. 1 e 2, Santiago: LOM Ediciones, 2008.

_____. O caso dos marinheiros antigolpistas: a primeira violação sistemática dos direitos humanos no Chile. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **História e Memória das ditaduras do século XX**. Vol. 1, Rio de Janeiro: FGV, 2015.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

ARANEDA Danny Monsalvez. **Agosto 1973**. La inquietud política en el personal de la armada: El caso de ASMAR-Talcahuano. Dissertação (Mestrado em História), Universidad de Concepción-Chile, 2005.

BONANATE, Luigi. 1986. Terrorismo político. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (Orgs.). **Dicionário de política**. 2ª ed. Brasília : UNB.

CASTRO, Robert Wagner Porto da Silva. Na esteira da memória: a questão social e a mobilização dos marinheiros, atuação e repressão na cidade de Rio Grande-RS (1962-1964). **Dissertação de Mestrado em História**, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COMBLIN, José. **A ideologia de segurança nacional**: o poder militar na América Latina. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CORBALÁN, Carlos Tromben. **La Armada de Chile, una historia de dos siglos**. Tomo II, Santiago: RIL Ediciones, 2019.

FERNÁNDEZ, Enrique. **Estado y Sociedad en Chile, 1891-1931**. El Estado Excluyente, la lógica oligárquica y la formación de la sociedade. Ed. LOM, Santiago: 2003.

FRIAS VALENZUELA, Francisco. **Manual de Historia de Chile**. Ed. Nascimento, Santiago: 1974.

FUENZALIDA, Rodrigo. **La Armada de Chile desde la alborada al sesquicentenario (1813-1968), cuarta parte**. Sin ediciones, emisión por la Marina de Chile: sin fecha (posterior a 1968).

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HOBBSAWN, Eric J. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOBBSAWN, Eric J.; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 4ª ed. São Paulo: 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. **Revista em Pauta**, órgão da Faculdade DCE Serviço Social da Universidade Estadual do RJ - UERJ, nº20, 2007.

MENDES, Ricardo A.S. 40 anos do 11 de setembro: o golpe militar no Chile. **Estudos Políticos**, Rio de Janeiro: UFF, n.7, 2013/2, p.172-190.

MONREAL, Eduardo Novoa. **Via legal hacia socialismo?** El caso de Chile 1970-1973. Caracas: Editorial Jurídica Venezolana, 1978.

OLIVEIRA, Gisela Santos de. **A Revolta dos Marinheiros de 1936**. Venda Nova: Comissão de Homenagem à Revolta dos Marinheiros de 1936, 2009.

PASCUAL, Alejandra Leonor. **Terrorismo de Estado**. A Argentina de 1976 a 1983. Tese (Doutorado em Direito) Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 1997.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.200-212.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo: PUC-SP, n.15, abril de 1997, p.13-49.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Uma reflexão sobre o gênero biográfico**: a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1868 – 1945). Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

THOMPSON, Edward P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Editorial Grijalbo, 1984.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

Enviado em: 11.05.2020

Aceito em: 28.06.2020